

Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”

**A Inserção da Certificação Ambiental e Social na Conjuntura Econômica
Brasileira**

Isadora Vercesi Bethlem
José Luís Toso
Lina Gabriela Souza de Almeida
Lívia Rebeca Luz da Silva
Nayara Araújo de Oliveira
Priscila de Oliveira

Trabalho Final da disciplina LES 0561 -
Economia Brasileira Contemporânea

Orientador: Prof.º Carlos Vian

Piracicaba

2017

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. OBJETIVOS.....	4
3. METODOLOGIA	4
4. REVISÃO DE LITERATURA	4
4.1. Objetivos da obtenção das certificações pelas empresas	4
4.2 Certificação Social	6
4.3 Dificuldades na obtenção das certificações.....	6
4.4 Políticas públicas relacionadas à certificação	7
4.5 Principais selos de certificação ambiental.....	8
4.6 Percepção dos consumidores em relação às certificações.....	13
4.7 Benefícios das certificações para a população	14
4.8 Vantagens financeiras na implementação da certificação ambiental	15
4.9 Impactos da certificação nas empresas.....	16
4.10 Certificações no mundo.....	17
4.11 Ciência pela paz	18
5. CONCLUSÃO	19
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	20

1. INTRODUÇÃO

As certificações ambientais representam um modo de alcançar o desenvolvimento sustentável ao aliar o desenvolvimento econômico com preocupações ambientais. Essas certificações consistem em uma verificação de cumprimento por determinada empresa de certos critérios em relação ao meio ambiente contidos em uma norma técnica, e, caso os critérios da norma técnica sejam praticados pela empresa, a certificação é concedida para a empresa avaliada pela instituição certificadora. Após o recebimento da certificação são necessários monitoramentos através de auditorias em períodos de tempo estabelecidos (CÔRREA 2006).

A *International Organization for Standardization* (ISO) é uma das principais entidades responsáveis pela elaboração dos critérios que dão direito à uma série de certificações ambientais. Desta maneira, todas as normas derivadas da ISO 14000, por exemplo, referem-se à certificações ambientais. Segundo Côrrea (2006, p. 195, apud Clarissa D'Isep, 2004, p. 151-152), “[...] a certificação é um instrumento de comunicação, embasado numa linguagem internacional pela padronização, que dá acesso aos consumidores e empresas à política e ao desempenho ambiental da empresa certificada”.

Já a certificação social é fundamental para atestar o comprometimento das organizações em considerar os impactos social e ético de suas atividades. Ao obterem a certificação social, as empresas ganham vantagem competitiva por sinalizarem para seus clientes, fornecedores e a sociedade em geral sua preocupação social. No Brasil, o Programa Brasileiro de Certificação em Responsabilidade Social (PBCRS) atesta para a sociedade que a gestão da empresa atende os princípios de responsabilidade social, sendo esta certificação voluntária com os procedimentos e requisitos definidos pelo Inmetro, enquanto a ABNT coordena a elaboração das normas técnicas que regem estes requisitos.

2. OBJETIVOS

Devido ao aumento da conscientização ambiental e social envolvendo o consumo vivenciado nos últimos anos, o trabalho tem como objetivo identificar de que maneira as certificações ambiental e social se inserem na conjuntura econômica do Brasil, analisando a maneira que elas estão relacionadas e de que forma impactam a sociedade, além de analisar as possibilidades do segmento do consumo sustentável.

3. METODOLOGIA

O trabalho utilizará métodos qualitativos, realizando-se uma análise da certificação ambiental e social, expondo-as através de uma dissertação a respeito do assunto em uma ampla revisão bibliográfica. Para isso, o trabalho será baseado na exploração de artigos acadêmicos, documentos e notícias, de modo a embasar a argumentação apresentada ao longo do trabalho sobre a temática de certificação ambiental e social. Assim, o trabalho será baseado em um método indutivo, onde haverá uma análise de dados da teoria, com a tentativa de relacioná-lo às questões presentes na sociedade e que envolvem as certificações ambientais e sociais.

4. REVISÃO DE LITERATURA

4.1. Objetivos da obtenção das certificações pelas empresas

O Brasil destaca-se como um dos países que apresenta uma das legislações ambientais mais avançadas em relação à necessidade de proteção do meio ambiente. Neste cenário, as certificações ambientais podem auxiliar no desenvolvimento mais sustentável do país, fazendo-se necessário o incentivo governamental para a obtenção das certificações ambientais para as empresas, podendo resultar na redução do impacto ao meio ambiente, aumento da quantidade de produtos e serviços brasileiros negociados no mercado internacional e aumento da concorrência nacional (CÔRREA, 2016).

A gestão de qualidade nas empresas tem papel fundamental na condução do processo produtivo de um bem ou serviço em direção a ganhos qualitativos, envolvendo de forma geral, os processos operacionais para atingir normas específicas, a fiscalização desses processos e a auditoria para averiguação do cumprimento das normas pré-estabelecidas. Segundo o SEBRAE (2017), os benefícios percebidos pelo mercado em função de uma boa gestão de qualidade são a maior organização, produtividade e credibilidade perante clientes e fornecedores.

Dentro da categoria ‘credibilidade’ insere-se de forma direta o argumento alvo desta análise: a certificação. Um fator muito importante que deve ser levado em consideração para a existência de certificações, bem como de rotulagem, é a assimetria de informação. Esse conceito econômico fundamenta-se no fato de que os produtores de bens ou serviços detêm mais informações sobre o processo produtivo desses bens do que os consumidores, especialmente perante os *experience goods*, ou bens de experiência, e os *credence goods*, ou bens credenciados. São esses os bens que não permitem avaliação qualitativa em um primeiro momento, através do contato físico ou visual, ou seja, a avaliação qualitativa desses bens ocorre somente após sua aquisição, quando toma-se conhecimento acerca da sua qualidade apenas após o consumo (bens de experiência) ou cuja qualidade é de impossível mensuração (bens credenciados), uma vez que este não reflete seu processo de produção (FOOD AND DRUG ADMINISTRATION, 2016).

Dentro deste contexto, justifica-se a existência da certificação ambiental como uma ferramenta que visa minimizar a assimetria de informação, de forma a valorizar o produto e justificar seu preço. Dessa forma o consumidor passa a confiar no enquadramento às normas ambientais pré-estabelecidas pela certificação realizada por determinada empresa. Diante dessa situação, o consumidor entende os processos submetidos pela gestão de qualidade, e a empresa, por sua vez, enquadra-se no nicho de mercado que pretende atingir através da estratégia da diferenciação (FOOD AND DRUG ADMINISTRATION, 2016).

4.2 Certificação Social

Com relação às Certificações Sociais, pode-se destacar a SA 8000 que é uma norma que tem como objetivo incentivar o desenvolvimento, manutenção e aplicação de práticas socialmente aceitáveis nas organizações que a adotarem, ou seja, ela está envolvida com a responsabilidade social. Sua criação ocorreu no ano de 1989 através da *Social Accountability International (SAI)*, que é o padrão de local de trabalho mais aceito entre os países do mundo.

Além disso, a SA 8000 pode ser aplicada a todas empresas, independentemente de seu tamanho e aborda normas de trabalho relacionadas aos mais diversos temas como os trabalhos escravo e infantil, questões relativas à saúde e segurança do trabalho, além da possibilidade de associação e negociação coletiva, e de temas como discriminação, jornada de trabalho, remuneração e sistemas de gerenciamento. Ao adotar essa certificação social a empresa deve considerar em suas ações o impacto social que ela terá e as condições que seus empregados estão trabalhando.

Ao analisar a aplicação da certificação social no Brasil, tem-se uma polêmica que ocorreu no ano de 2013, onde algumas grifes faziam o uso de mão de obra escrava ao subcontratar trabalhadores bolivianos. As confecções que produziam para a M. Officer e Carlos Miele não possuíam certificação e os trabalhadores eram submetidos a condições de trabalho degradantes. Exemplos disso são as jornadas exaustivas, acima de 12 horas, servidão por dívida em que o trabalhador tem a liberdade cerceada por dívida com o empregador e riscos no ambiente de trabalho (ROLLI, 2013). Segundo o jornal Folha de São Paulo (2013), das 5.647 empresas cadastradas em todo o país, observou-se que 4.260 obtiveram a certificação e 1.108 se encontram em situação de plano de ação pendente, ou seja, ainda não receberam a certificação em função de ações corretivas.

4.3 Dificuldades na obtenção das certificações

Existem inúmeras dificuldades que uma empresa deve enfrentar para a obtenção de certificações ambientais. Segundo Souza & Tanabe (2006), os principais desafios estão relacionados à parte de recursos humanos, ou seja, engajar os funcionários ao comprometimento em empenharem-se a cumprir com os pré-requisitos e reduzir a resistência às mudanças culturais da empresa. Além disso, soma-se a carência de pessoas capacitadas

para implementação dos processos e burocracia. De forma geral, a grande dificuldade resume-se à necessidade de mudança de hábito coletiva que a certificação traz para a empresa, exigindo alteração no nível de dedicação, de tempo e de investimento por parte de todos os envolvidos.

O processo de certificação ambiental tem como desafio principal estabelecer um fundamento metodológico, que consiga suportar as diversas fases deste processo, desde a implantação até a manutenção da certificação. Por isso, as empresas que aderem a esta certificação devem alterar suas normas internas e se adequar da melhor maneira possível às normas da certificação (GRAVINA, 2008).

A questão jurídica deve ser um dos principais pontos de mudança que deve ser adotado pelas empresas. Se adequar às normas de uma certificação é um processo burocrático, que exige uma experiência adequada por parte do departamento jurídico em questões ambientais. Caso a empresa não possua tal gabarito, é necessária a contratação de uma assessoria especializada no assunto (GRAVINA, 2008).

4.4 Políticas públicas relacionadas à certificação

As políticas públicas de incentivo às certificações social e ambiental ainda são escassas, embora o assunto tenha ganhado espaço nas últimas discussões. O Ministério do Meio Ambiente vem realizando uma série de esforços para alinhar o papel das políticas públicas com os interesses da sociedade e das empresas quanto às questões ambientais, como é o caso do ciclo de debates intitulado "Brasil Sustentável – O Caminho para Todos" realizado em 2012, que dentre os assuntos abordados, discutiu a necessidade de uma maior responsabilidade social e ambiental pelas empresas, visando reduzir os impactos ambientais da produção, aumentar a inclusão social e incentivar as práticas sustentáveis.

Segundo Côrrea (2016), mesmo que as certificações sejam mais comuns em países mais ricos, o Estado pode ser o responsável por estimular as empresas privadas à adquirirem as certificações. Para o autor, o incentivo poderia ser resultante de uma política de crédito, tributária ou da possibilidade das empresas certificadas contratarem com os poderes públicos.

Rieksti (2012) destaca que a obtenção das certificações pode trazer vantagens competitivas para as empresas, visto que com a crescente preocupação ambiental e social pela sociedade, as empresas certificadas podem ter vantagens em relação a suas concorrentes não detentoras da certificação. Além disso, King et. al (2005) apontam que como a certificação representa uma segurança quanto às responsabilidades social e ambiental, os investidores tendem a buscar empresas certificadas no intuito de garantir maior compromisso com a sociedade e com a melhoria constante dos produtos e serviços oferecidos.

Considerando o ambiente competitivo, no qual as certificações vem gerando bons resultados, a sustentabilidade pode ser considerada um diferencial inovador para o sucesso das empresas. Além disso, a procura pela adequação de práticas visando a obtenção das certificações social e ambiental é fundamental para o aumento do bem estar coletivo, visto que as instituições pioneiras, incentivam as demais através dos resultados positivos alcançados.

4.5 Principais selos de certificação ambiental

No Brasil, a normalização dos mecanismos de gestão ambiental é compartilhada por órgãos públicos e privados. Dentre os principais órgãos estão o CONMETRO (Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial), o INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial) e a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), esta última consiste em uma entidade privada e representante brasileira na ISO (CÔRREA, 2006).

Tendo como objetivo a geração de impactos positivos pelas empresas no mercado em que elas atuam, é necessária a criação de uma garantia a segurança do consumidor com relação à qualidade de seus produtos, demonstrando credibilidade aos seus clientes com relação à realização de avanços ambientais em seus produtos. Isso é feito através dos selos, sendo um deles a certificação ambiental que atende à diversas exigências e ajudam no setor responsável pelo marketing verde da empresa. Este é um diferencial através do qual as indústrias conseguem valorizar sua marca e atrair novos clientes em decorrência da grande credibilidade depositada em torno deste marketing verde.

Essa é a área que realiza “ações a favor do meio ambiente e dos seres que nele vivem e transformá-las em campanhas de marketing” (ECOFAIR, 2016) e os eco-selos são uma forma encontrada pelas empresas para atestar suas ações sustentáveis e conscientes em torno da natureza, seguindo certos parâmetros que reduzem os impactos no meio ambiente. Desse modo, os selos de certificação ambiental são uma ótima forma de demonstrar que a empresa é comprometida com questões que podem prejudicar o meio ambiente.

Abaixo, são apresentados os principais selos.

- ***Forest Stewardship Council - FSC***



Um dos selos ambientais é o FSC, certificação ambiental cujo enfoque são os produtos madeireiros e não madeireiros com origem no bom manejo florestal. Ele foi fundado em 1993 e também pode ser chamado de Conselho de Manejo Florestal, organização internacional não-governamental que credita certificadoras. Desse modo “as certificadoras desenvolvem um método para certificação baseado nos Princípios e Critérios do FSC, adaptando ele para a realidade de cada região ou sistema de produção” (INMETRO, 2012), fazendo com que as certificações obedeçam um padrão de qualidade. Esse selo ecológico é recebido pelas empresas com produções “que estão envolvidos com essas operações ou que utilizam insumos florestais em sua cadeia produtiva” (ENCICLO, 2014) e elas se dividem em três modalidades:

- a) Certificação de Manejo Florestal - confirma que uma floresta, sendo ela natural ou plantada, é manejada através de princípios de sustentabilidade que foram pré-determinados pelo FSC;
- b) Certificação de Cadeia de Custódia - garante a rastreabilidade dos produtos florestais que vai desde a produção da matéria-prima até chegar ao consumidor final, sendo mais usual nas indústrias que processam esses insumos;
- c) Madeira Controlada - tem o objetivo de evitar o uso de madeiras que foram colhidas de forma ilegal, provenientes de áreas onde houve violação dos direitos civis ou de florestas geneticamente modificadas.

- **Leadership in Energy and Environmental Design - LEED**



O LEED é uma certificação ambiental internacional com enfoque nas edificações, sendo que no Brasil ele é administrado pelo *Green Building Council Brasil* (GBC). Cada uma das seguintes iniciativas realizadas pela empresa recebe uma pontuação e o nível de certificação será definido através do total de pontos que ela obter ao final, que para a categoria certificado será necessário 40 pontos para o nível mínimo e para a categoria platina é preciso estar acima de 110 pontos para atingir o nível máximo. Desse modo, para conseguir a obtenção desse selo ambiental é preciso seguir as seguintes características:

- a) Espaço sustentável – realizar a busca por alternativas que visam reduzir impactos nos centros urbanos, tendo como exemplo a redução do uso de carros e da formação das ilhas de calor;
- b) Eficiência do uso da água - reduzir o consumo de água potável e fazer a promoção de alternativas de tratamento e reuso;
- c) Energia e atmosfera - promover a eficiência energética nas edificações por meio de soluções que sejam simples e inovadoras;
- d) Materiais e recursos – fazer o uso de materiais que tenha um baixo impacto ambiental e reduza a geração de resíduos, cujo o novo critério da Análise do Ciclo de Vida (ACV) é uma ferramenta utilizada para atingir os objetivos através da elaboração de uma Declaração Ambiental de Produto (DAP) ou quantificação das vantagens dos materiais utilizados, sendo ela uma das melhorias no selo LEED.
- e) Qualidade ambiental interna - promover conforto térmico e utilização de equipamentos com baixa emissão de compostos orgânicos voláteis;
- f) Inovação e processos – serem edificações que irão promover algumas inovações no ramo ambiental e que não foram mencionadas anteriormente em outras categorias;
- g) Créditos de prioridade regional – fazer o incentivo à créditos de prioridade regional no país.

- **RGMAT**



O RGMAT é um selo ambiental desenvolvido pela Fundação Vanzolini com o objetivo de avaliar o desempenho ambiental de materiais, voltado especialmente para aqueles que estão envolvidos na construção civil. Para obter essa certificação são considerados critérios técnicos e ambientais e que exige a elaboração de uma Declaração Ambiental de Produto (DAP) baseada na ACV desses materiais. Ela avalia as formas de impacto gerado por esses produtos no meio ambiente como o consumo de recursos naturais e a emissão de gases e substâncias tóxicas.

Ressalta-se que cada DAP está associada a uma Regra de Categoria de Produto (RCP) que tem a função de regulamentar os impactos que devem ser avaliados em cada tipo de material. O RGMAT “fornece um diagnóstico ambiental mais completo do produto” (ENCICLO, 2014) pois avalia as diversas formas de impacto ambiental considerando as etapas ao longo do ciclo de vida do produto.

- **Rótulo Ecológico Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT**



O Rótulo Ecológico ABNT é um selo ambiental de produtos que surgiu em 2008 e segue diretrizes internacionais de sustentabilidade estabelecidas pela *Global Ecolabelling Network* (GEN). A *Global Ecolabelling Network* “é uma entidade sem fins lucrativos que organiza e promove a rotulagem ambiental” (ENCICLO, 2014), sendo que no Brasil essa organização é representada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A regulamentação desse rótulo está na norma NBR ISO 14024, sendo um selo que se aplica a qualquer setor industrial.

- **GHG Protocol (Protocolo GHG)**



O Protocolo GHG, foi “criado pelo *World Resources Institute* (WRI) e o *World Business Council for Sustainable*

Development (WBCSD) e introduzido no Brasil pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP)” (ENCICLO, 2014). Muitas empresas fazem o uso dessa certificação para conseguir algumas vantagens tidas como competitivas e assim melhoram a imagem dela para os acionistas e clientes. Sua criação teve como objetivo de ele ser uma ferramenta através da qual as diversas empresas do país pudessem ter a capacidade de monitorar e assim reduzir os seus impactos com relação às mudanças climáticas. Isso é realizado por meio da contabilização das emissões de gases de efeito estufa que envolveu três escopos:

- a) Escopo 1 - emissões diretas da empresa;
- b) Escopo 2 - emissões indiretas causadas pelo consumo de energia elétrica;
- c) Escopo 3 - outras emissões indiretas de gases de efeito estufa, relacionadas aos materiais e insumos comprados pela organização ou aos bens e serviços vendidos. Ele é uma Análise do Ciclo de Vida dos produtos da empresa que é focado nas emissões desses gases.

- **Cerflor**



O Cerflor é um certificado ambiental que fica sob a responsabilidade do Inmetro e está presente em produtos florestais (madeira e papel), garantindo que a empresa tenha responsabilidade ambiental e social. Segundo o INMETRO (2012), ele foi lançado em 2002 e faz parte do Programa Brasileiro de Certificação Florestal.

- ***Rainforest Alliance Certified***



O *Rainforest Alliance Certified* é um dos selos ambientais que demonstra o respeito ao produtor agrícola e à biodiversidade do local em que foi plantado, ou seja, os produtos agrícolas e

agropecuários que conseguem obter esse certificado respeitam o meio ambiente e as condições de salubridade dos trabalhadores.

As principais diferenças entre os selos de certificação são os objetivos das empresas com relação à imagem que elas querem passar aos clientes. Por exemplo, se o objetivo dela é vender mais, se faz necessário ter um certificado “que mostre ao consumidor que a empresa investe em ações sustentáveis em sua matéria-prima ou na produção das suas embalagens” (ECOFAIR, 2016).

4.6 Percepção dos consumidores em relação às certificações

De acordo com Silva e Oliveira Filho (2017), após a Revolução Industrial os consumidores foram se tornando cada vez mais exigentes com os produtos que consomem. De forma que nos últimos anos, os produtores considerados ecologicamente corretos têm ganhado destaque à nível nacional e internacional. Assim, o marketing ambiental foi o principal influenciador da evolução do consumidor verde, pois aumentaram os investimentos em propagandas que agradassem um amplo público de consumidores com uma temática ambientalmente responsável.

“A questão da importância com a preservação e conservação do meio ambiente surgiu como um item diferenciador da produção e conseqüente competitividade entre as empresas perante as novas reivindicações do mercado consumidor, onde um dos principais requisitos na busca pela concorrência de mercado é a variável ambiental, ou seja, as empresas começaram a se preocupar mais com as questões ambientais como fator necessário para sua sobrevivência” (SILVA; OLIVEIRA FILHO, 2017, p. 6)

Em um estudo de caso publicado pela Escola Superior de Publicidade e Marketing (2009), apresentou-se como os principais motivos para um consumo de produtos naturais a saúde e meio ambiente. Os consumidores desse setor sustentável apresentam uma ligação de autoconceito em relação ao produto consumido, ou seja, o consumidor também adquire o produto devido à possibilidade de construção de uma identidade social. Segundo Gomes (2009) essa tendência de consumo está cercada por conceitos, valores e subjetividades que influenciam a atitude do consumidor.

Atrelado à este consumidor está um novo setor de mercado na qual as empresas apresentam aumento da incorporação de preocupações ambientais nas tomadas de decisões. Anete Alberton (2003) analisou índices de rentabilidade de empresas que adotam a certificação ISO 14001, tais com os retornos sobre os ativos de empresas (ROA), os retornos sobre patrimônio Líquido (ROE) e retorno sobre vendas (ROS). Para os três índices houve resultado positivo para as empresas após a adoção da certificação. Assim a ISO 14001 apresenta vantagens no resultado do desempenho financeiro das empresas.

4.7 Benefícios das certificações para a população

Um dos benefícios das certificações ambientais é que elas trouxeram para a população uma conscientização com relação à “à correta utilização dos recursos naturais e isso tem levado a uma mudança de comportamento, pois as pessoas estão começando a exigir produtos que não tenham matéria-prima que contribua para a degradação do meio ambiente” (SCHWABE, 2011, pg.16). Desse modo, com o consumo consciente implementado através das certificações ambientais e sociais, as pessoas têm começado a gerar críticas com relação aos processos produtivos de bens de consumo, como a produção de roupas e alimentos.

Assim, a sociedade passa a exigir uma maior responsabilidade social e ambiental em torno da condução de negócios para consumir os produtos dos empreendedores, criando exigências no mercado consumidor. Com isso os consumidores passam a criticar empresas que não são conscientes com relação à sua atuação no meio ambiente e que não tenham responsabilidade ambiental em torno das suas ações ao gerarem impactos sobre as gerações presentes e futuras.

Segundo Schwabe (2011), o ponto de vista ambiental, as certificações acabam contribuindo para a conservação da biodiversidade, recursos hídricos, solos, paisagens e ecossistemas, mantendo as florestas e protegendo espécies de animais que estão ameaçados de extinção. Com isso, a certificação acaba impactando de forma positiva a sociedade, pois a população necessita de todo o equilíbrio do meio ambiente para continuar a viver de forma que alcance um bem-estar. Um exemplo disso é que para sobreviver o ser humano necessita de água, e sem as certificações poderia acontecer dos recursos hídricos serem prejudicados de forma negativa.

As certificações também garantem a continuidade do processo produtivo de várias empresas, gerando vantagem comparativa. Isso porque, caso as indústrias agridam o meio

ambiente, futuramente os recursos que elas necessitam para a produção de certos bens e serviços podem estar escassos. Um ótimo exemplo são as madeiras das florestas, que caso venham a faltar em decorrência do desmatamento, poderá afetar o mercado de papeis, móveis, entre outros segmentos da economia.

Com relação à certificação social, ela colabora em benefício à sociedade com relação à legalização da atividade produtiva das empresas, eliminando trabalho ilegal, como aqueles considerados escravos e de mão de obra infantil. Isso acaba gerando mais empregos à população e dessa forma a renda pública do país pode aumentar com os devidos pagamentos de tributos e obrigações sociais com relação aos direitos dos trabalhadores. Outro aspecto é que com elas “há uma significativa redução dos acidentes de trabalho em decorrência da introdução das normas de segurança e prevenção, valorizando a mão de obra qualificada e melhorias nas condições do ambiente de trabalho” (SCHWABE, 2011, pg.17).

4.8 Vantagens financeiras na implementação da certificação ambiental

Além dos benefícios supracitados, a implementação das certificações ambientais proporcionam benefícios e vantagens para as empresas que a implementam. Um desses benefícios é o diferencial de competitividade da empresa, que no mercado globalizado possui uma relativa importância. O impacto desse diferencial pode ser mensurado pelo aumento da lucratividade das companhias que adotam as certificações ambientais.

Para analisar o impacto na lucratividade das empresas, Ferron (2012) analisou o impacto da implementação da NBR ISO 14001:2004 sobre alguns indicadores econômicos e financeiro de algumas empresas listadas na Bolsa de valores de São Paulo de 1996 a 2008. Neste estudo, evidenciou-se um impacto positivo sobre a lucratividade das empresas que aderiram às normas da certificação. O aumento médio sobre o lucro líquido e EBITDA das companhias foi em média de R\$ 372.720 e R\$ 965.443, respectivamente. Desconsiderando os efeitos macroeconômicos, há uma queda nos valores médios, mas ainda apresentam aumento, com cerca de R\$ 250.000 e R\$ 646.000, respectivamente. Todos os valores citados são deflacionados em valores reais de 2008.

Esses resultados apresentado pelo estudo comprovam que a obtenção da certificação trás não só benefícios sociais e ambientais.

4.9 Impactos da certificação nas empresas

A análise de empresas brasileiras após o uso da certificação ISO 14001 também foi avaliada por Avila e Paiva (2006). Em seu trabalho desenvolvido, o autor utilizou de análises quantitativas e qualitativas de forma complementar a fim de analisar os impactos causados nas organizações após o uso da certificação ambiental em questão. As empresas selecionadas para a avaliação do trabalho, situadas no Rio Grande do Sul, apresentaram relevantes resultados na análise dos processos de operação, em que o fator de gerenciamento ambiental ocupou lugar de destaque nos resultados, esse resultado é decorrente do fato de que antes do uso da certificação não havia a preocupação da gestão ambiental que passou a existir após a implementação da ISO 14001.

Já na análise de desempenho das operações, dentre os resultados os fatores obtidos de acordo com Avila (2006) a hierarquia estabelecida, os fatores Imagem e Cumprimento de Padrões ficaram em primeiro plano. Isso significa, que após o uso da certificação ambiental ISO 14001, a imagem da empresa é o principal fator de melhora do desempenho das operações. "Com relação à melhoria da imagem corporativa, a análise sugere complementaridade dos resultados, pois ambos respondentes reportaram uma percepção mais apurada dos *stakeholders* com relação às questões ambientais" (AVILA, 2006).

A responsabilidade social foi tema de um estudo de caso de Serra (2007) envolvendo a empresa de cosméticos Natura, que é fortemente atrelada às questões ambientais. Segundo os autores as empresas podem desenvolver uma vantagem competitiva em relação às concorrentes ao aliar atuação social e ambiental de maneira responsável. O trabalho ainda avalia os impactos de certificações no contexto empresarial.

"A certificação da ISO 14001, a aplicação das normas do GRI, a participação no Pacto Global entre as grandes corporações e as Nações Unidas demonstram o interesse da Natura em respeitar as necessidades nacionais de responsabilidade socioambiental, e em ajudar a moldar o padrão mundial nesse tema." (SERRA, 2007, p. 18)

Os estudos apresentados exemplificam o impacto positivo que o uso de certificações ambientais e sociais nas empresas apresentam. Os resultados analisados embasam o argumento de que a sociedade está mais preocupada com as questões ambientais e sociais.

4.10 Certificações no mundo

É fundamental analisar o cenário mundial de certificações ISO14001, cujos dados extraído do ISO Survey apontam a tendência quanto ao futuro das certificações.



Figura 1. Certificados ISO14001 no mundo

Fonte: ISO Survey (2017)

A Figura 1 evidencia o número de certificações ISO 14001 obtidas no mundo de 1999 até 2016. É possível visualizar um aumento expressivo no número de certificações obtidas no período, que saltaram de 13.994 certificações em 1999 para 346.189 em 2016. É necessário ainda, analisar o caso brasileiro a fim de compará-lo ao mercado global.



Figura 2. Certificados ISO14001 no Brasil

Fonte: ISO Survey (2017)

Pela análise da Figura 2, percebe-se que o Brasil acompanhou a tendência mundial, saltando de 165 para 3.076 certificações ISO14001 no mesmo período. Porém, há um declínio no número de certificações emitidas entre 2006 e 2009, provavelmente em decorrência da crise mundial. Verifica-se que ainda uma retomada do crescimento em 2010, que voltou a oscilar entre os anos de 2012 e 2013 e uma queda desde 2014, devido a instabilidade política do país, que compromete o investimento das empresas em certificações.

Assim, é possível perceber que apesar de voluntária e dispendiosa, há uma tendência de aumento das empresas interessadas em obter a certificação ISO 14001 a nível global, porém percebe-se que as crises econômicas afetam estes números, visto que as empresas retraem seus investimentos. Desta maneira, visualiza-se um cenário promissor para o crescimento destas certificações, uma vez que há uma parcela cada vez maior de consumidores conscientes quanto à responsabilidade ambiental.

4.11 Ciência pela paz

Sob o tema Ciência pela Paz, a ESALQ - Escola Superior Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo, organiza um evento pioneiro para fomentar a consciência socioambiental por meio da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade. Através de temas transversais relacionados com a grade disciplinar dos cursos da instituição, a finalidade do

projeto é “estimular o espírito de cidadania, a inovação, o empreendedorismo, a ética e as posturas humana e profissional durante a formação acadêmica”.

Nesse sentido, a certificação ambiental e social, encaixa-se como uma temática apropriada para tratar sobre a mudança global que as empresas desenvolvem para alcançar patamares de qualidade e sustentabilidade que não se desvinculam da geração de conhecimento. Esse conjunto de atitudes para transformar os hábitos coletivos dentro de uma empresa e direcionar sua missão, visão e valores para o desenvolvimento sustentável traz, conseqüentemente, fatores que influenciam em prol de uma sociedade mais justa, igualitária e transparente. Caminha-se, assim, cada vez mais em direção a uma sociedade que viva em paz.

5. CONCLUSÃO

Através da exposição realizada ao longo do trabalho, pode-se perceber a importância das Certificações Ambientais e Sociais em aspectos econômicos, financeiros e para a sociedade. Além disso, os diversos selos de certificações contribuem para a geração de uma garantia em torno da segurança da população em consumir produtos de qualidade, o que pode funcionar como um aspecto de marketing das empresas ao passar uma imagem de credibilidade e confiança aos seus consumidores.

Outro aspecto o qual as certificações ocasionam um impacto positivo foi a questão financeira. Percebeu-se um aumento significativo de alguns indicadores das empresas às quais aderiram às normas da certificação ambiental em questão, no caso a NBR ISO 14001:2004, como o lucro líquido e o EBITDA. Sendo assim, pôde-se constatar que financeiramente, a implementação dessas certificações é algo positivo para as empresas.

Com isso, percebe-se que há uma vantagem para as empresas que sinalizam uma preocupação socioambiental, visto que é possível ampliar o número de clientes, diversificar os fornecedores, além de muitas vezes ser possível cobrar um valor mais elevado devido à essa diferenciação. Há ainda o benefício social, visto que estas certificações atestam a não utilização de trabalho escravo ou exploração humana, porém as políticas públicas

relacionadas ao uso de certificações ainda são escassas, com atividades pontuais de incentivo ao debate sobre o assunto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVILA, G. J.; PAIVA, E. L. **Processos operacionais e resultados de empresas brasileiras após a certificação ambiental ISO 14001**. Gest. Prod., São Carlos , v. 13, n. 3, p. 475-487, dez. 2006 .

ALBERTON, A. **Meio ambiente e desempenho econômico financeiro: o impacto da ISO 14001 nas empresas brasileiras**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis, p.307. 2003.

CORRÊA, D. R. **Certificação ambiental, desenvolvimento sustentável e barreiras à entrada**. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 43, n. 169, p.189-201, jan./mar. 2006. Quadrimestral. Disponível em: <[http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/92298/Corrêa Daniel.pdf?sequence=4](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/92298/Corrêa%20Daniel.pdf?sequence=4)>. Acesso em: 04 set. 2017.

ECOFAIR. **O que são selos ambientais e qual sua importância**. (2016). Disponível em <<https://www.ecofair.eco.br/single-post/2016/12/14/O-que-sao-selos-ambientais-e-qual-sua-importancia>>. Acesso em: 29 set. 2017.

ENCICLO. **5 selos ambientais que você precisa conhecer**. (2014). Disponível em <<http://blog.enciclo.com.br/5-selos-ambientais-que-voce-precisa-conhecer>>. Acesso em: 29 set. 2017.

FERRON, R. T; *et al.* **Is ISO 14001 Certification Effective? An Experimental Analysis of Firm Profitability**. Brazilian Administration Review v. 9, Special Issue, art. 5, pp. 78-94. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/bar>> Acesso em: 09 nov. 2017.

FOOD AND DRUG ADMINISTRATION. 2017. Disponível em: <<https://www.fda.gov/>>. Acesso em: 02 out. 2017

INMETRO. **Cerflor: Certificação Florestal**. (2012). Disponível em <<http://inmetro.gov.br/qualidade/cerflor.asp>>. Acesso em: 29 set. 2017.

INMETRO. **Programa Brasileiro de Certificação em Responsabilidade Social**. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/programa_certificacao.asp>. Acesso em: 03 set. 2017.

INTERNATIONAL STANDARD ORGANIZATION (ISO). **Pesquisa ISO Survey**. Disponível em: <<https://www.iso.org/the-iso-survey.html>>. Acesso em: 20 out. 2017.

KING A.; LENOX M.; TERLAAK A. **The strategic use of decentralized institutions: exploring certification with the ISO 14001 management standard**. *Academy of Management Journal* 48: 1091–1106. 2005.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Aviso de Pauta: Ciclo de debates Brasil Sustentável – O Caminho para Todos**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/8396-aviso-de-pauta-ciclo-de-debates-brasil-sustent%C3%A1vel-%E2%80%93-o-caminho-para-todos>>. Acesso em: 20 set. 2017.

O GLOBO. **Certificados Ambientais: 11 selos que você precisa conhecer**. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/revista-amanha/certificados-ambientais-11-selos-que-voce-precisa-conhecer-9623714>>. Acesso em: 20 set. 2017.

PRODANOV, C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2013. Disponível em: <<http://www.faatensino.com.br/wp-content/uploads/2014/11/2.1-E-book-Metodologia-do-Trabalho-Cientifico-2.pdf>> Acesso em: 04 set. 2017

RIEKSTI, A. C. ISO14001 e a sustentabilidade. **A eficácia do instrumento no alcance do desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <<https://www.usp.br/mudarfuturo/cms/?p=212>>. Acesso em: 20 set. 2017

ROLLI, C. **Confecção ligada a caso de trabalho escravo em SP não tinha certificação, diz associação**. (2013). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/11/1373804-confeccao-ligada-a-caso-de-trabalho-escravo-em-sp-nao-tinha-certificacao-diz-associacao-de-varejo.shtml>>. Acesso em: 20 out. 2017

SCHWABE, P. D. **Vantagens da Certificação Ambiental para Empresas**. 2011. Disponível

em:<<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/32728/POLLIANNE%20DIONOR%20OSCHWABE.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 05 de nov. de 2017

SEBRAE. 2017. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>>. Acesso em: 02 out. 2017

SERRA, F. A. R.; ALBERNAZ, A.; FERREIRA, M. A P. **Responsabilidade social como fator na estratégia internacional: o estudo do caso natura**. Revista Eletrônica de Administração, [S.l.], v. 13, n. 4, p. 17-39, abr. 2013. ISSN 1413-2311. Acesso em: 07 nov. 2017.

SGS. **Certificação SA 8000 - Responsabilidade social**. Disponível em: <<http://www.sgsgroup.com.br/pt-BR/Health-Safety/Quality-Health-Safety-and-Environment/Sustainability/Social-Sustainability/SA-8000-Certification-Social-Accountability.aspx>>. Acesso em: 20 out. 2017

SILVA, E. L.; OLIVEIRA FILHO, M. L. **Auditoria ambiental como ferramenta de gestão estratégica**. Disponível em: <http://www.peritocontador.com.br/artigos/auditoria_ambiental.pdf>. Acesso em: 30 out. 2017.

SOUZA, J. P.; TANABE, C.H. **Dificuldades na implantação de um sistema da qualidade baseado na norma ISO 9001:2000: estudos de casos de empresas do setor metal-mecânico da região de Maringá/PR**. Disponível em: <http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/230.pdf>. Acesso em: 02 out. 2017